



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

28 de Fevereiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025

Chefe de Estado já está na Namíbia

O Chefe de Estado, João Lourenço, chegou à Namíbia, na manhã desta sexta-feira, para participar no funeral do primeiro Presidente daquele país vizinho, Sam Nujoma, no dia 1 de Março.

A agenda do Chefe de Estado é marcada, hoje, pela presença na cerimónia do falecido nacionalista namibiano, no Estádio Nacional de Windhoek, onde João Lourenço proferirá um discurso perante a multidão, na dupla qualidade de Presidente da República de Angola e actual Presidente da União Africana, prestando assim tributo a uma das mais emblemáticas figuras da luta pela independência na África Austral, informa o CIPRA.

Por sua vez, no sábado, 1, o dia está reservado para o sepultamento de Sam Nujoma, no Memorial dos Heróis. À chegada ao aeroporto, João Lourenço foi recebido pelo ministro do Interior namibiano, Albert Kawana. *(J.A.)++++*

Chefe de Estado orienta reunião do Conselho de Ministros

O Presidente da República, João Lourenço, orientou, esta quinta-feira, a 2.º Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda.

O órgão colegial do Governo debateu uma agenda de oito pontos com assuntos submetidos por sete

departamentos ministeriais, a saber: Finanças; Justiça e Direitos Humanos; Obras Públicas, Urbanismo e Habitação; Transportes; Educação; Cultura e Relações Exteriores.

Dos vários temas que mereceram a abordagem dos integrantes do Conselho de Ministros, o que mais se destacou foi a apresentação do conceito geral do que se idealiza que venha a ser a futura cidade aeroportuária do Icolo e Bengo, onde pontificam a modernidade do design e a elevada qualidade das propostas de lazer, opções culturais e turismo.

(J.A.)++++

“A força do Kwanza depende da força da nossa economia, daquilo que nós produzimos”

As condições criadas na “Casa do Kwanza”, projectada para atender as necessidades crescentes da demanda por numerário, vão permitir uma melhor protecção da moeda nacional, assegurou, quinta-feira, em Icolo e Bengo, o Presidente da República.

João Lourenço avançou a garantia depois de inaugurar e visitar a infra-estrutura, localizada na Zona Económica Especial, agora parte do território da recém-criada província de Icolo e Bengo, liderada pelo governador Auzílio Jacob.

Além de reforçar a protecção do Kwanza, o Presidente da República referiu que a mesma vai permitir, igualmente, um melhor serviço à economia nacional. “Esta infra-estrutura estava a fazer falta”, ressaltou o Chefe de Estado, tendo enaltecido a tecnologia de ponta instalada no espaço.

O Presidente João Lourenço referiu que as funções a serem desempenhadas, doravante, pela Casa do Kwanza eram realizadas no próprio edifício do Banco Nacional de Angola, mas em condições muito precárias.

“Precárias não apenas do ponto de vista de acomodação do pessoal que lá trabalhava, de conforto, mas, sobretudo,

precárias do ponto de vista de segurança”, precisou João Lourenço. “Como sabem, a moeda tem que ver com a nossa própria soberania. Proteger a nossa moeda não é fácil, mas é importante e necessário”, acrescentou.

Em relação à necessidade de manter a estabilidade do curso da moeda nacional, o Presidente da República disse ser necessário continuar-se a trabalhar e a produzir mais, referindo que a força do Kwanza depende da força da economia nacional e daquilo que o país produzir.

“Às vezes, há quem pense que a estabilidade do Kwanza depende, simplesmente, de uma varinha mágica, quando não é assim. Já lá vão os tempos em que nós tínhamos uma taxa de câmbio que era invariável”, esclareceu o Titular do Poder Executivo, lembrando que, independentemente do que o país produzia, a taxa era fixa.

Nas economias de mercado, prosseguiu o Presidente João Lourenço, isso não acontece. “É o nosso caso, é o caso das economias de todo o mundo”, aclarou o Estadista angolano, enfatizando que as taxas são variáveis e dependem de um conjunto de factores, não só de produção, mas, sobretudo, do Produto Interno Bruto, daquilo que o país consegue oferecer para o consumo da indústria e das populações.

Combate à corrupção

Questionado sobre se a Casa do Kwanza vai contribuir para o combate à corrupção e ao branqueamento de capitais, o Chefe de Estado esclareceu que a infra-estrutura nada tem que ver com essas temáticas e que o combate à corrupção tem, sim, que ver com a vontade dos homens de não permitir que haja tolerância e de levar a sério essa luta.

João Lourenço avançou que os corruptos não precisam de conhecer esta instalação, nem passar por ela para cometerem tais actos, ressaltando que, hoje, o roubo é feito até estando, apenas, à frente de um computador ou mesmo de um

simples telemóvel. “Portanto, não tem nada a ver. O combate à corrupção depende da nossa determinação em procurarmos extirpar, de uma vez por todas, este mal que nunca acaba”, frisou o Chefe de Estado.

O Presidente da República aflorou que a corrupção existe em todos os países do mundo, sendo que o importante, como sublinhou, é que não haja impunidade. “Nunca ninguém disse que vamos acabar com a corrupção em Angola.

Isso é uma luta quase inglória, porque não existe país nenhum que tenha conseguido fazê-lo”, acentuou o Estadista angolano, para quem o importante é que todos aqueles que forem apanhados na malha da luta contra a corrupção não beneficiem de nenhum tipo de impunidade.

O Presidente da República salientou que a inauguração da Casa do Kwanza constitui motivo de alegria e de orgulho para os angolanos, sobretudo por ter acontecido no ano em que o país vai completar 50 anos de Independência.

Descartada a possibilidade de produção do Kwanza no país

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Manuel Tiago Dias, esclareceu que a Casa do Kwanza não vai produzir a moeda nacional no país, tendo avançado que o país continuará a trabalhar com os parceiros internacionais, no caso as multinacionais que produzem notas e moedas metálicas para os bancos centrais.

“O que nós vamos fazer é receber as notas e moedas metálicas produzidas no exterior e acondicioná-las aqui na Casa do Kwanza”, precisou o governador do BNA.

Manuel Tiago Dias acrescentou, por outro lado, que será a partir da Casa do Kwanza que as notas e moedas metálicas serão distribuídas aos bancos comerciais, que, por sua vez, em função da circulação da moeda e dos stocks que tiverem nas suas próprias casas fortes, poderão depositar naquela instituição o numerário. “Portanto, que fique bem

claro, nesta infra-estrutura não está prevista a produção, quer seja de notas, quer seja de moedas metálicas”, aclarou. Em relação à capacidade de atendimento aos bancos comerciais, o governador do BNA assegurou que a instituição está preparada para atender, em simultâneo, até cinco bancos comerciais.

“O atendimento aos bancos comerciais será mais célere a partir daqui, mas, paralelamente a isso, nós vamos, também, alargando os serviços que são prestados a nível das províncias”, frisou.

A infra-estrutura, tal como avançou Manuel Tiago Dias, vai substituir a que existia no edifício-sede do Banco Nacional de Angola. “Nós teremos aqui os trabalhadores do nosso Departamento de Emissão e Tesouraria, teremos aqui, também, as casas fortes, quer dizer que todas as notas e moedas metálicas com curso legal no nosso país serão acondicionadas aqui na nossa Casa do Kwanza”, salientou.

No quadro do melhoramento do serviço prestado pelo Banco Nacional de Angola, Manuel Tiago Dias informou que, no decorrer do primeiro semestre deste ano, vai ser inaugurada a delegação regional do Cuanza-Norte, para além do alargamento das custódias de valor, que disse serem centros geridos pelos bancos comerciais em representação do Banco Nacional de Angola. “Isso vai fazer com que o numerário chegue mais rapidamente aos cidadãos angolanos”, destacou.

Auzílio Jacob aplaude colocação da infra-estrutura

O governador de Icolo e Bengo, Auzílio Jacob, aplaudiu a colocação da Casa do Kwanza na província que dirige e disse que tudo será feito para a sua melhor protecção.

“Ao existir no nosso território, nós assumimos uma responsabilidade de olhar para esse espaço com a necessidade de conservá-lo, de vigiá-lo e fazer com que aqueles

funcionários que trabalharemos aqui se sintam como se nas suas casas estivessem”, realçou o governador da província de Icolo e Bengo.

Processamento de mais de 4 milhões de notas dia

A primeira pedra para a construção da Casa do Kwanza foi lançada em Agosto de 2021, com o desafio de aumentar a capacidade instalada de armazenamento, processamento, automatização de processos e incrementar, de forma significativa, a rapidez de saneamento de numerário e de atendimento aos bancos comerciais.

O complexo está inserido num lote de 10 hectares, subdividido em 10 edifícios, dentre os quais se destaca o edifício principal, com cerca de 10.700 metros quadrados de área bruta de construção, para albergar a zona de armazenamento, tratamento e distribuição de numerário.

O edifício administrativo, com 7.500 metros quadrados de área bruta de construção, comporta escritórios modernos para acomodação da força de trabalho especializada, que assegurará a operacionalidade da Casa do Kwanza.

A imponência da infra-estrutura permitiu implantar oito edifícios técnicos e de apoio ao complexo, que incluem duas portarias, um edifício para o pessoal da segurança, um reservatório de grande dimensão, uma estação de tratamento de águas residuais, parque de estacionamento, dentre outros, perfazendo um total de 2.500 metros quadrados de área bruta de construção.

A segurança no armazenamento e processamento de numerário foi aprimorada, reduzindo, deste modo, o risco de fraudes, sendo que todo o sistema integrado de segurança da Casa do Kwanza foi instalado no sentido de garantir um monitoramento 24 horas ao dia.

A sala de processamento automático de notas tem equipamentos sofisticados para o tratamento automático de

notas com capacidade de processamento de mais de 4 milhões de notas por dia, sendo que cada máquina pode processar cerca de 33 notas por segundo com sensores para detectar notas contrafeitas.

Em relação ao atendimento aos bancos comerciais, por cada linha de movimentação do numerário, uma garagem pode receber até cerca de 100 caixas por hora. A instituição possui cinco casas fortes, sendo que o destaque recai para a Casa Forte de Metais Preciosos, que está equipada com compartimentos específicos para condicionamento de metais preciosos. (J.A.)++++

João Lourenço aprova Plano Anual de Endividamento para este período

O Presidente da República, João Lourenço, aprovou, por despacho, o Plano Anual de Endividamento (PAE) para o Exercício Económico de 2025. O documento materializa a estratégia de endividamento no âmbito da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), considerando as fontes de financiamento internas e externas e um nível de endividamento dentro dos limites sustentáveis.

De acordo com o Decreto Presidencial n.º 54/25, de 25 de Fevereiro, publicado em Diário da República, a aprovação do Plano surge da necessidade de materializar a estratégia de financiamento para a execução do OGE de 2025. O PAE 2025 visa consolidar as políticas de endividamento definidas pelo Executivo, garantindo um equilíbrio entre as fontes de financiamento e a sustentabilidade da dívida.

A estratégia de endividamento para 2025, acrescenta o documento, resulta da continuidade e melhoria das metas traçadas em 2024. Entre os objectivos principais destacam-se privilegiar a contratação de instrumentos que auxiliem na gestão activa de passivos, reduzir os títulos indexados à taxa

de câmbio, melhorar o perfil de vencimento da dívida pública, fomentar emissões de referência (benchmark bonds), promover o mercado secundário de dívida pública, captar financiamentos externos com condições concessionais, assim como assegurar transparência e comunicação com os mercados nacional e internacional.

Montante de endividamento

De acordo com o documento, para cobrir as necessidades de financiamento do OGE de 2025, o PAE prevê um montante de captação de Kz 14.638,07 mil milhões (USD 14,93 mil milhões). A maior parte desse montante será obtida no mercado interno (Kz 7.548,05 mil milhões ou USD 7,70 mil milhões), enquanto o mercado externo deverá fornecer Kz 7.090,02 mil milhões (USD 7,23 mil milhões).

O serviço da dívida governamental deverá totalizar cerca de Kz 13.263,31 mil milhões (USD 13,53 mil milhões), dos quais 69 por cento correspondem à dívida externa (Kz 9.171,39 mil milhões) e 31 por cento à dívida interna (Kz 4.091,92 mil milhões).

Prevê-se que o stock da dívida governamental em 2025 seja de aproximadamente Kz 57.473,96 mil milhões (USD 58,61 mil milhões), com um rácio dívida/PIB de cerca de 63 por cento. O endividamento líquido positivo deverá atingir Kz 2.314,03 mil milhões (USD 2,36 mil milhões), reflectindo um acréscimo da dívida interna em Kz 1.137,75 mil milhões (USD 1,16 mil milhões) e da dívida externa em Kz 1.176,28 mil milhões (USD 1,20 mil milhões).

Cerca de 83 por cento do stock da dívida governamental está exposto ao risco cambial. Em relação à taxa de juro, até Dezembro de 2024, 99 por cento da dívida interna estava associada a financiamentos com taxa fixa, enquanto 61 por cento da dívida externa possuía taxa variável, indexada à LIBOR e à EURIBOR.

Quanto ao risco de refinanciamento, a maturidade média residual da dívida interna é de aproximadamente três anos, enquanto que a dívida externa apresenta uma maturidade média de nove anos.

O PAE de 2025, de acordo com o documento, mantém o compromisso com a sustentabilidade da dívida pública, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei-Quadro do Orçamento (Lei n.º 15/10, de 14 de Julho). O Plano Anual de Endividamento busca harmonizar a gestão da dívida com a consolidação fiscal, e garantir o financiamento adequado das necessidades do Orçamento Geral do Estado (OGE). (J.A.)++++

Apreciado Plano sobre a Cidade Aeroportuária

A sessão de ontem do Conselho de Ministros apreciou, ainda no domínio dos Transportes, o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Plano Urbanístico da Cidade Aeroportuária de Icolo e Bengo (designado ICB Aerotrópolis).

O documento descreve o processo de design desde o programa ao conceito do plano urbanístico da Cidade Aeroportuária, destacando os princípios-chave. Com a aprovação deste Plano, esclarece o comunicado da reunião, o que se pretende é estabelecer um novo centro logístico de serviços, focando-se nas iniciativas da agenda do aeroporto verde e adoptando uma abordagem sustentável.

Consta, igualmente, dos objectivos a projecção de uma “Angola do Futuro”, que seja capaz de atrair investimentos e posicionar o país como líder na conexão de África aos mercados globais. Outra finalidade da iniciativa passa por oferecer uma oportunidade única para a nova província de Icolo e Bengo, com a definição de uma trajectória evolutiva.

O que se pretende é atrair investimento estrangeiro e, através da promoção de novas iniciativas no campo da

investigação e educação, criar empregos para os actuais e futuros moradores da nova província, em linha com o crescimento económico projectado até 2050.

No domínio da Educação, o Conselho de Ministros apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Política do Livro Escolar. Esta iniciativa tem como objectivo garantir o acesso equitativo aos livros escolares dos alunos durante a realização do processo de ensino-aprendizagem, para a formação integral do indivíduo face às exigências da vida individual e colectiva, assim como contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e princípios éticos, especialmente para as crianças e jovens.

Sendo o livro escolar um instrumento indispensável no processo de ensino-aprendizagem, o Executivo considera a necessidade de se instituir o quadro legal e institucional para a sua elaboração, edição, produção gráfica, disponibilização, utilização, reutilização e preservação nas instituições de ensino públicas, público-privadas e privadas, nos níveis de Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, ao abrigo da republicada Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

(J.A.)++++

Executivo vai remover embaraços na concessão de direitos fundiários

O Executivo angolano está a trabalhar na elaboração de um diploma destinado à remoção de embaraços administrativos que tenham sido verificados no procedimento de concessão de direitos fundiários.

O diploma, em forma de Projecto de Decreto Presidencial, foi apreciado, ontem, na sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço. A medida, afectando o sector das Obras Públicas,

Urbanismo e Habitação, visa estabelecer as normas e princípios sobre o funcionamento da Janela Única de Concessão de Direitos Fundiários, com vista à materialização das medidas previstas no acto n.º 4 do Projecto Simplifica 1.0.

No âmbito deste diploma, esclarece o comunicado saído da reunião, considera-se Janela Única de Concessão de Direitos Fundiários o procedimento simplificado e integrado entre os serviços e entidades públicas que intervêm no processo de concessão de direitos fundiários, aplicável a todos os terrenos concedíveis, integrados no domínio privado do Estado.

O Conselho de Ministros apreciou, por outro lado, no âmbito da reforma estrutural do Sistema Tributário Angolano, para envio à Assembleia Nacional, a Lei que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Este diplomata visa a implementação de um imposto único sobre a tributação das pessoas colectivas, com a finalidade de garantir um avanço qualitativo no domínio do sistema fiscal, com soluções legislativas que contribuem para a melhoria da competitividade da economia.

A iniciativa visa, ainda, a simplificação e sistematização da legislação, redução de distorções, e alinhamento às melhores práticas internacionais, contribuindo, em grande medida, para o aumento da arrecadação de receitas no que diz respeito aos rendimentos das pessoas colectivas.

O órgão colegiado de consulta do Titular do Poder Executivo apreciou, também para envio ao Parlamento, a Lei de Alteração e Republicação do Código Geral Tributário, diploma cujo propósito é a adequação do Código Geral Tributário ao actual quadro jurídico.

Este diploma destina-se ao ajustamento, simplificação e alinhamento do procedimento tributário com a actual reforma da legislação tributária especial, de modo a garantir

celeridade, certeza e segurança jurídica, tornando, assim, mais justa a relação jurídico-tributária. Outra Lei apreciada nesta sessão, para envio à Casa das Leis, foi a de Alteração ao Código dos Benefícios Fiscais.

O diploma em causa tem como finalidade essencial adequar o referido Código ao novo quadro jurídico-fiscal, ajustando, deste modo, os benefícios fiscais às alterações introduzidas no Sistema Fiscal Angolano, com a entrada em vigor do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Na sequência, foi apreciada, também para envio ao Parlamento, a Lei de Alteração à Lei Orgânica do Tribunal Supremo, documento que visa a introdução de alterações pontuais e indispensáveis à melhoria do sistema de organização e do funcionamento daquela instituição.

No sector das Finanças, o Conselho de Ministros apreciou o Decreto Presidencial que extingue as comissões provinciais de redimensionamento empresarial, de modo a conformar os procedimentos de instrução e alienação de imóveis ao quadro jurídico-legal vigente.

Com esta medida, o Executivo pretende ocupar competências ao departamento ministerial governamental pelas finanças públicas, para a reapreciação de todos os processos em curso sobre a matéria, fruto da extinção das comissões provinciais fornecidas anteriormente.

Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil

No que ao sector dos Transportes diz respeito, o Conselho de Ministros apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC).

O documento contém disposições gerais de segurança emanadas do anexo 17 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, disposições sobre todas as entidades públicas e

privadas envolvidas directa ou indirectamente nas actividades de facilitação do transporte aéreo e segurança contra actos de interferência ilícita, em todo o território nacional.

No essencial, tal como avança o comunicado da reunião, pretende-se, com este diploma, actualizar o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, de modo a ajustá-lo às normas e práticas recomendadas.

A ideia passa pelo alcance da maior uniformidade possível, de acordo com a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, os parâmetros internacionais estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI/ICAO) e os Regulamentos de Segurança Aérea de Angola (RSAA). (J.A.)++++

Angola e Índia reforçam laços de cooperação

Angola e a República da Índia reforçaram, hoje, a cooperação bilateral em Luanda. O facto ocorreu num encontro entre o embaixador da República da Índia em Angola, Vidhu P.Nair, e o ministro das Relações Exteriores, Tété António.

De acordo com uma nota, enviada ao JA Online, a reunião serviu para ambas entidades avaliarem o estado actual da cooperação, com foco nos domínios político-diplomático, económico e comercial.

Os dois diplomatas identificaram sectores estratégicos e analisaram a necessidade da reactivação da Comissão Mista Angola-Índia para dinamizar os instrumentos bilaterais e incrementar as visitas de alto nível entre os respectivos Governos.

Na ocasião, Tété António sublinhou o papel da Índia enquanto parceiro relevante no desenvolvimento socioeconómico de Angola, tendo destacado, em particular, a intervenção nos sectores da Saúde e da Energia.

Por seu turno, o embaixador Vidhu P. Nair expressou a intenção do Governo de expandir a cooperação para novas

áreas, nomeadamente tecnologia digital, agricultura e aviação, tendo em mente a criação de parcerias que contribuam para o crescimento económico sustentável de Angola e Índia.

No sector agrícola, reiterou a determinação daquele país asiático em apoiar o Executivo na estruturação de uma estratégia que permita transformar Angola num exportador de referência para explorar os recursos naturais e o potencial produtivo das terras aráveis, bem como o capital humano disponível, refere o documento. (J.A.)++++

Inaugurada sede da Associação Africana de Produtores de Diamantes em Luanda

A sede da Associação Africana de Produtores de Diamantes (ADPA) foi inaugurada, esta quinta-feira, em Luanda, pelo ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, e o homólogo do Zimbabwe, Winston Chitando.

Segundo Diamantino Azevedo, a entrega da sede da ADPA é o cumprimento integral do compromisso assumido pelo Governo angolano de providenciar instalações adequadas para a associação.

“Hoje procedemos a entrega formal da sede da ADPA que derivaram de esforços conjuntos desenvolvidos por três ministérios angolanos aqui representados pelos seus titulares, designadamente o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Finanças, a quem aproveito expressar os mais sinceros agradecimentos pelo profundo engajamento”, enfatizou.

O titular da pasta do MIREMPET acrescentou que o processo de reforma implementado na ADPA, a partir de Julho de 2019, preconizava a revisão do funcionamento, o asseguramento de maior engajamento dos Estados-Membros no sistema de pagamento das quotas financeiras anuais, o

asseguramento da filiação do Botswana à instituição e a melhoria das condições de trabalho dos funcionários. Por sua vez, o homólogo do Zimbabwe, Winston Chitando, agradeceu o Governo de Angola por ter disponibilizado à Associação as instalações para operar.

Já a secretária de Estado para o Orçamento, Juciene de Sousa, sublinhou que o Executivo honrou regularmente com os compromissos para o pagamento das cotas financeiras do país junto desta instituição. A sede da ADPA está localizada, no 12.º andar do edifício CIF Luanda 2, na Avenida do 1.º Congresso do MPLA, município da Ingombota.

São membros desta organização: Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC), República da Guiné, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Togo, República Centro-Africana, Mali, Zimbabwe, Argélia, Mauritânia, Serra Leoa, Libéria, Côte d'Ivoire, Ghana e Gabão.
(J.A.)++++

Assembleia Nacional promove hoje colóquio

A Assembleia Nacional promove hoje, na Sala Multiuso, o colóquio sobre “O Parlamento e a Constituição”, evento a ser orientado pela presidente da instituição, Carolina Cerqueira.

A iniciativa, organizada pela Academia Parlamentar da Assembleia Nacional, insere-se nas celebrações do Dia da Constituição da República de Angola, assinalado a 5 de Fevereiro.

Com esta conferência, os parlamentares pretendem promover uma reflexão sobre a história, evolução, perspectivas e desafios do Parlamento angolano ao longo dos 50 anos de Independência Nacional.

O encontro também visa avaliar as funções da Assembleia Nacional na organização política do Estado angolano e

reflectir sobre o papel dos deputados na promoção e edificação do Estado Democrático de Direito. Amanhã, a agenda reserva um leque de temas, com destaque para “O Parlamento e o Controlo da Constitucionalidade”, “O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em Angola”, “A Parlamentarização das Relações Internacionais” e “A Assembleia Constituinte”.

À margem do evento, será lançado o livro “Direito Parlamentar Angolano”, da autoria do funcionário parlamentar Edmiro Francisco. A obra foi prefaciada pela presidente da Assembleia Nacional e aborda os principais temas do Direito Parlamentar em Angola.

Segundo Edmiro Francisco, especialista em jurídico-políticas, o livro tem como objectivo despertar o interesse académico sobre a matéria e impulsionar mais estudos no domínio do Direito Público.

Edmiro Francisco ressaltou ainda que o lançamento do livro abre espaço para discussões públicas sobre o Direito Parlamentar e pode incentivar universidades a inserirem a disciplina nos planos curriculares dos cursos de Direito e Ciência Política, bem como em programas de pós-graduação.

(J.A.)++++

Dia da Polícia Nacional assinalado com deposição de coroa de flores

O dia da Polícia Nacional foi assinalado, hoje, com a deposição de uma coroa de flores no Monumento ao Soldado Desconhecido, em Luanda. A coroa de flores foi depositada pelo comandante-geral da Polícia Nacional, Francisco Monteiro Ribas da Silva.

A cerimónia constitui um momento de homenagem aos membros da força policial e a todos os que sacrificaram as

vidas pela segurança e paz do país. Este ano as celebrações coincidem com os 50 anos da Independência Nacional. (J.A.)++++

Abertas candidaturas para Bolsa de Jornalismo Memorial Reham Al-Farra 2025

As candidaturas para a Bolsa de Jornalismo Memorial Reham Al-Farra 2025 estão abertas, desde o dia 17 de Fevereiro até 31 de Março deste ano, informou a Missão Permanente de Angola junto da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Em comunicado de imprensa, a Missão Permanente de Angola nas Nações Unidas explica que o programa contempla, de entre outras nacionalidades, jornalistas angolanos, com idades compreendidas entre os 22 e os 35 anos, que trabalhem em tempo integral.

"A Bolsa de Jornalismo Memorial Reham Al-Farra foi instituída em Dezembro de 1980 pela Resolução 35/201 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)", acrescenta.

Anteriormente conhecido como Programa de Formação do DPI para Radialistas e Jornalistas de Países em Desenvolvimento, o programa foi renomeado em 2003 em homenagem a Reham Al-Farra, um oficial de informação pública da ONU, de 29 anos, natural do Kuwait, que foi morto num atentado bombista a 19 de Agosto de 2003, na sede das Nações Unidas em Bagdade.

A bolsa é uma oportunidade única para jovens jornalistas (entre os 22 e os 35 anos de idade) de países em desenvolvimento e países com economias em transição para cobertura das actividades da ONU.

Organizado todos os outonos pelas Nações Unidas, o programa permite a este grupo restrito de jornalistas aprender em primeira mão sobre o trabalho das Nações Unidas e cobrir a Assembleia Geral para os veículos noticiosos.

Durante o programa, os bolsheiros terão, ainda, a oportunidade de ouvir briefings especiais, entrevistar altos funcionários da ONU e trocar ideias com colegas de todo o mundo, refere o mesmo documento. Desde a sua fundação, a bolsa já foi atribuída a mais de 670 jornalistas de 168 países.

(J.A.)++++

Mercado da "Mabunda" encerra hoje por risco de contaminação de cólera

O mercado de peixe da "Mabunda", no município da Samba, em Luanda, vai ficar encerrado, sexta-feira, 28, por alto risco de contaminação da cólera. O encerramento do mercado de peixe possibilitará a limpeza, descontaminação, desinfecção e a total requalificação do espaço.

A medida serve, principalmente, para preservar a saúde pública e criar condições mínimas para o funcionamento regular do mercado.

A decisão resulta de uma avaliação sanitária que detetou o crescimento do número de casos de cólera, devido à falta de condições higiénico-sanitárias adequadas, o que representa um alto risco de transmissão da doença, informou o Governo Provincial de Luanda, no Facebook.

Durante o encerramento temporário do mercado, as vendedeiras serão deslocadas para outros espaços e novos pontos de carga e descarga para os armadores da pesca artesanal vão ser anunciados.

O grupo técnico multisectorial, encabeçado pelo vice-governador para o sector Económico, Jorge Miguêns, é integrado, ainda, pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Carlos de Sousa, e o secretário de Estado para as Pescas e Recursos Marinhos, Álvaro dos Santos, conclui o documento.

(J.A.)++++

UNITA nega envolvimento para a perda de mandatos

O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Liberty Chiyaka, esclareceu, quinta-feira, em Luanda, o não envolvimento do partido na perda de mandatos dos sete deputados que solicitaram a suspensão de funções após se filiarem ao partido PRAJA Servir Angola.

O líder parlamentar, que falava em conferência de imprensa sobre a perda de mandatos dos deputados, realçou que foi com base na Constituição da República de Angola e leis vigentes, afastando qualquer responsabilidade da UNITA sobre a decisão final.

Na ocasião, Liberty Chiyaka negou que tenha havido qualquer manobra política por parte da sua formação partidária para forçar a saída dos deputados “Não foi a UNITA quem decidiu, não foi o Grupo Parlamentar da UNITA quem decidiu. Foi a Constituição e a lei”, enfatizou.

O presidente do Grupo Parlamentar destacou que a Constituição da República de Angola estabelece claramente os casos em que um deputado perde o mandato, entre os quais está a filiação a um partido político diferente daquele pelo qual foi eleito “O deputado perde o mandato sempre que se filiar em partido diferente daquele por cuja lista foi eleito”, informou.

Liberty Chiyaka explicou que a Constituição não prevê a suspensão de mandato por motivos de mudança partidária, mas sim a sua perda definitiva “A utilização do instituto da suspensão foi um lapso, a Assembleia Nacional, através das comissões especializadas, corrigiu esse erro e aplicou correctamente a legislação”, esclareceu. *(J.A.)++++*

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 28 de Fevereiro de 2025